



As variáveis do cardápio

Barreiras tarifárias, educação, insumos, distribuição. Estes e outros fatores permanecem decisivos na crise dos alimentos e não desaparecem com o mero aumento da produção

POR JULIANA ARINI
ARTE DIGITAL RICK BRUNHARO

As mudanças climáticas e o crescimento gradual da população, que este ano ultrapassará 7 bilhões de habitantes, reviveram um temor que parecia coisa do passado: a falta de alimentos. A insegurança cresceu a partir de 2008, quando o aumento no preço dos alimentos, por causa da crise financeira mundial, fez crescer o número de desnutridos – definidos como aqueles que consomem menos comida do que seria necessário para manter um ser humano vivo. O índice chegou a saltar de 950 milhões para 1,023 bilhão de pessoas, estabilizando-se, em 2010, nos 925 milhões.

Governantes, grandes corporações do mercado de alimentos e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) alertaram que a solução para o problema exigiria o aumento da produção agropecuária em 70%. Apenas isso poderia garantir alimento para os 9,2 bilhões de habitantes que compartilharão terra, água e comida em 2050.

O clamor pelo aumento da produção de comida inclui outro componente, a reivindicação de “democratização” nos padrões alimentares. Este é o anseio de uma emergente classe média chinesa, africana e latino-americana, que aspira adquirir hábitos de consumo similares aos dos americanos, ou seja, ingerir 3.900 calorias diárias, algo ainda 30% acima da realidade média de um chinês.

Além do aumento nos preços e dos anseios de consumo, as mudanças climáticas são a terceira razão para o ressurgimento do fantasma da falta de comida. Estudos do International Food Policy Research Institute (IFPRI) mostram que as regiões tropicais serão muito mais afetadas pelas mudanças climáticas que as temperadas, o que faz o problema da desnutrição ganhar um peso maior nas áreas rurais de países em desenvolvimento, como sul da China, Índia e na região dos fruticultores do Brasil, nas quais a agricultura é uma das poucas atividades capazes de gerar renda e subsistência.

O mapa da fome no mundo revela que a produção de alimentos

Mas é apenas comida o problema? Questões como uma melhor distribuição das produções e a superação de carências sociais, como o acesso à saúde e à educação, também não estariam embutidas no impasse da insegurança alimentar?

O mapa da fome no mundo traz alguns dados de interesse para a discussão. Cerca de 817 milhões de famintos vivem na Ásia, na região do Pacífico e na África Subsaariana, (territórios notórios por serem grandes importadoras de alimentos). No Brasil são cerca de 16,3 milhões de famintos, concentrados – segundo o IBGE – no Nordeste e no Norte. O Maranhão é o estado onde a situação é mais grave.

No entanto, apesar de todas essas questões, é justamente nas regiões do planeta mencionadas acima que a produção de alimentos tem aumentado. “As lavouras crescem em um ritmo superior ao da população, mesmo na África, onde a fome é um problema crônico em muitas regiões, como o chamado ‘Chifre’: Etiópia, Somália e Eritreia”, diz Walter Belik, coordenador do Núcleo de Pesquisas em Alimentação da Unicamp.

O Brasil segue a mesma tendência mundial, e o Maranhão – onde os índices de desnutrição estão entre os maiores do país – virou um dos grandes produtores de grãos como a soja. Dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) mostram que, até maio de 2011, foram colhidos 1,6 milhão de toneladas de grãos no estado.

O FATOR COMÉRCIO

Mas por que o aumento da produção de alimentos não acompanha a redução da desnutrição nessas regiões, tal qual sugerem os políticos que clamam pela intensificação da produção de grãos no mundo?

A questão comercial pode ser a resposta. Com a alta das commodities e a especulação no mercado financeiro, o que regula o preço da comida nem sempre é apenas a lei da oferta e da procura. Nesse ambiente há pouco controle sobre o preço mínimo para a comida, pois países mais industrializados – e com maior força de mercado – impõem fortes barreiras comerciais para impedir a entrada de produtores de mercados emergentes. Assim, a comida ganha um valor de mercado que não reflete necessariamente o interesse do consumidor final, que depende dela para sobreviver. Esse problema afeta diretamente a agricultura do Brasil, como alerta o ex-ministro brasileiro José Graziano, recém-eleito para o cargo de diretor-geral da FAO: “O alto preço dos alimentos não é um desequilíbrio temporário. Enquanto não alcançarmos uma situação financeira global mais estável, os preços das commodities refletirão isso”, disse numa entrevista recente, em Roma.

Os insumos são um exemplo de como a questão comercial impacta os alimentos. Em 2008, um dos grandes responsáveis pelo aumento dos preços na comida foi a alta do petróleo. Dele deriva grande parte dos fertilizantes e defensivos contra pragas – os famosos NPK (Nitrogênio, Fósforo e Potássio), que trouxeram o milagre das grandes lavouras onde antes era impossível plantar, como no Cerrado brasileiro. “Em uma agricultura de larga escala, é fundamental o uso de defensivos, que representam até 30% do preço final do alimento”, diz Belik, da Unicamp. “E, no caso do Brasil, grande parte desses defensivos são importados, o que influencia diretamente o preço dos alimentos. Toda vez que os insumos sobem, o preço é repassado ao consumidor final da comida.”

Tentando minimizar esse problema, empresas brasileiras, como a Vale, estão investindo na extração e produção de insumos. No entanto, a iniciativa ainda é insuficiente para abastecer o mercado nacional. Ou seja, o Brasil produz alimentos em proporção para ter sua soberania alimentar garantida – mas depende dos defensivos estrangeiros para plantar.

A mudança nos hábitos alimentares gerada pela agricultura de exportação é outro problema. Até 1950, o brasileiro tinha o milho e a mandioca como base de sua alimentação. Ou seja: comia-se broa e farinha. São culturas viáveis no fundo de um quintal. Com a entrada do trigo americano, passamos a consumir pão. Porém, o Brasil não produz trigo

tem aumentado justamente onde se concentram os famintos

suficiente, e hoje depende de sua importação da Argentina. E o preço do pãozinho, produto da cesta básica brasileira, está sujeito às negociações do Mercosul.

A doação de alimentos é outro ponto crítico quando o assunto é fome. Em muitos países africanos, a dependência da comida doada gerou o abandono total das lavouras, e até serviu de estímulo para guerras, pois as doações acabavam como mercadoria de troca para guerrilhas e ditadores. “A doação é uma falsa forma de combater a fome, pois serve apenas para manter o preço dos alimentos estáveis em certos países. Uma política comum tanto nos Estados Unidos quanto na França”, diz Belik. A questão é tão grave que a Organização das Nações Unidas chegou a recomendar que os países não doem alimentos, e que vendam os seus estoques e façam doações em dinheiro a programas que ajudem na soberania alimentar dos países que sofrem com a desnutrição.

Ajudar os países vulneráveis às consequências das mudanças climáticas também vai além da doação de alimentos em situações de catástrofe. Entre as medidas possíveis encontram-se a instalação de sistema de alerta a secas e enchentes e a criação de “redes de segurança social”. Eric Wood, professor da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, vem desenvolvendo com a Unesco justamente esse tipo de sistema. O projeto vai fazer a previsão meteorológica para secas no continente africano. A ideia é que exista um sistema de alerta mais rápido, que possa ajudar os países que sofrem com o problema a se preparar antes que as catástrofes saiam do controle. Infelizmente essas iniciativas ainda não contam com grandes investimentos.

Para John Hoddinott, do IFPRI, especialista da Rede de Sistemas de Alerta contra a Fome, é preciso, além disso, criar uma rede permanente que facilite o acesso dessas populações a empregos, em setores públicos que atuem junto com esses sistemas, como uma forma de troca por alimentos ou dinheiro que possa ajudar durante os períodos de seca.

EMANCIPAÇÃO SOCIAL

Estudos do Prêmio Nobel de Economia Amartya Sen apontam que esse pode ser um dos caminhos. Segundo Sen, embora a produção agrícola seja possivelmente capaz de prover de alimentos todos os habitantes do planeta, para superar o problema da fome é imprescindível que ela passe por novos caminhos, como o aumento da democracia, e por políticas públicas que permitam que os alimentos cheguem aos que não podem produzi-los, ou comprá-los. Para isso é fundamental que os subnutridos possam fazer do aumento da produção agropecuária um sistema de emancipação social. Além do acesso à terra, eles também precisariam de crédito, de assistência técnica e de uma inserção adequada nos mercados.

Outro dado importante é a relação apontada pelo IBGE entre desnutrição e educação. Quanto maior o nível de escolaridade, menor a insegurança alimentar. Não é a toa que, dentro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, propostos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), erradicar a extrema pobreza e a fome é a primeira das metas para reduzir as desigualdades sociais do mundo.

O Brasil é um dos países que parecem caminhar na direção mais próxima da solução do problema. Programas como o Bolsa Família, de transferência direta de renda em benefício de famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, contribuíram para a queda da pobreza extrema de 12%, em 2003, para 4,8% em 2008.

O microcrédito, ideia difundida pelo bengali Muhammad Yunus – ganhador do Nobel da Paz em 2006 –, é um exemplo de programa que ajuda a combater a fome por meio de outras abordagens, como o acesso ao crédito e à educação. Com três décadas de sucesso e 7,5 milhões de clientes, em Bangladesh, que tiveram acesso a US\$ 7 bilhões por meio do Grammeen Bank, Yunus mostrou que o combate ao fantasma da fome vai muito além do mero aumento da produção de alimentos. 